

Políticas Públicas na Educação Brasileira

Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)



Miriam Adalgisa Bedim Godoy
Sandra Aparecida Machado Polon
(Organizadoras)

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Atena Editora
2017

2017 by Miriam Adalgisa Bedim Godoy & Sandra Aparecida Machado Polon

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof^a Dr^a Adriana Regina Redivo – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez – Universidad Distrital de Bogotá-Colombia
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a. Dr^a. Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a. Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a. Dr^a. Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769

Políticas públicas na educação brasileira / Organizadoras Miriam Adalgisa Bedim Godoy, Sandra Aparecida Machado Polon. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2017.

573 kbytes

Formato: PDF

ISBN 978-85-93243-49-3

DOI 10.22533/at.ed.493172311

Inclui bibliografia

1. Educação e estado - Brasil. 2. Escolas – Organização e administração. I. Godoy, Adalgisa Bedim. II. Polon, Sandra Aparecida Machado. III. Título.

CDD-379.81

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Sumário

CAPÍTULO I POLÍTICA, GESTÃO E DIVERSIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Miriam Adalgisa Bedim Godoy e Sandra Aparecida Machado Polon</i>	6
CAPÍTULO II A MISSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NA SOCIEDADE EMPREENDEDORA: DESAFIOS PARA A GESTÃO <i>Raimunda Maria da Cunha Ribeiro</i>	19
CAPÍTULO III A DIMENSÃO DO TRABALHO DOCENTE SOB A ÉGIDE DA REESTRUTURAÇÃO DO CAPITAL NA GESTÃO DO ENSINO SUPERIOR <i>Noádia Munhoz Pereira</i>	35
CAPÍTULO IV AGENTES DE IMPLEMENTAÇÃO: UMA MANEIRA DE ANALISAR POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA <i>Livia Cristina Ribeiro dos Reis</i>	49
CAPÍTULO V EAD E A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES: IMPLICAÇÕES ENTRE A LEGISLAÇÃO E A POLÍTICA EDUCACIONAL <i>Alexsandra dos Santos Oliveira</i>	64
CAPÍTULO VI O TRABALHO DE DIRETOR DE ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE RIO BRANCO-ACRE: ENTRE AS POLÍTICAS DE RESULTADOS E A GESTÃO DEMOCRÁTICA <i>Lúcia de Fátima Melo e Ednaceli Abreu Damasceno</i>	77
CAPÍTULO VII O FEDERALISMO EDUCACIONAL E O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR: A EXPERIÊNCIA DE GESTÃO NO MUNICÍPIO CANAVIEIRAS - BA <i>Darluce Andrade de Queiroz e Ana Paula Souza Báfica</i>	92
CAPÍTULO VIII O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CICLO DA POLÍTICA <i>Sílvia Maria Oliveira de Souza e Luis Carlos Sales</i>	106
CAPÍTULO IX PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS (PAR): CONFIGURAÇÕES DA GESTÃO EDUCACIONAL NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL <i>Gildecio Santos Pereira e Odete da Cruz Mendes</i>	120

CAPÍTULO X	
GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÕES DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CONSELHEIROS DO FUNDEB EM MUNICÍPIOS DO NORDESTE BRASILEIRO	
<i>Patrícia Maria Uchôa Simões, Juceli Bengert Lima e Manoel Zózimo Neto</i>	133
CAPÍTULO XI	
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: AVALIAÇÃO E FINANCIAMENTO	
<i>Bartolomeu José Ribeiro de Sousa e Rose Cleia Ramos da Silva</i>	147
CAPÍTULO XII	
O REGIME DE COLABORAÇÃO NO CONTEXTO DOS PLANOS DECENAIS DE EDUCAÇÃO: CENÁRIO DOS MUNICÍPIOS BAIANOS QUANTO À ELABORAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS PLANOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Luzinete Barbosa Lyrio e Jean Mário Araújo Costa</i>	165
CAPÍTULO XIII	
PROFISSÃO PROFESSOR: UMA ESCOLHA FEITA A PARTIR DA VIVÊNCIA NO PIBID	
<i>Cláudia Alves da Silva e Antônia Sueli da Silva Gomes Temóteo</i>	178
CAPÍTULO XIV	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O NOVO CENÁRIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO CAMPO DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO	
<i>Sara Rozinda Martins Moura Sá dos Passos e Jane Rangel Alves Barbosa</i>	190
CAPÍTULO XV	
O ENSINO DE SURDOS: UM OLHAR SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES E A ESTRUTURA E RECURSOS DE MUNICÍPIOS CEARENSES	
<i>Germana Costa Paixão e José Nelson Arruda Filho</i>	203
CAPÍTULO XVI	
SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO MODULAR DE ENSINO (SOME): A REALIDADE DA OFERTA DO ENSINO MÉDIO NO CAMPO NA MESORREGIÃO DE CAMETÁ/PA	
<i>Maria Sueli Correa dos Prazeres e Odete da Cruz Mendes</i>	218
CAPÍTULO XVII	
ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O DIREITO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL	
<i>Amanda Maximo Silva e Rosa Elisa Mirra Barone</i>	231
CAPÍTULO XVIII	
CARNAVAL E SAMBA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR	
<i>Claudio Oliveira Fernandes e Irandi Pereira</i>	245

CAPÍTULO XIX	
EDUCAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL	
<i>Jorge Fernandes</i>	257
CAPÍTULO XX	
PROJETO PORONGA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
<i>Emilly Ganum Areal e Lúcia de Fátima Melo</i>	270
CAPÍTULO XXI	
AS DEMANDAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO: UM ESTUDO À LUZ DAS PAUTAS SINDICAIS	
<i>Aline Chalus Vernick Carissimi e Ana Denise Ribas de Oliveira</i>	284
CAPÍTULO XII	
O PROJETO DE INTRODUÇÃO DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA NA ESCOLA NAVAL	
<i>Hercules Guimarães Honorato</i>	295
Sobre as organizadoras.....	309
Sobre os autores.....	310

CAPÍTULO XVII

ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O DIREITO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL

**Amanda Maximo Silva
Rosa Elisa Mirra Barone**

ADOLESCENTE EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E O DIREITO À CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO: DESAFIOS PARA A INCLUSÃO SOCIAL

Amanda Maximo Silva

Advogada; Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei (UNIBAN/ANHANGUERA)
São Paulo – SP

Rosa Elisa Mirra Barone

Socióloga, Dr^a em Educação (PUC-SP)
São Paulo-SP

RESUMO - A inclusão sociolaboral de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e o direito à capacitação para o trabalho, tema deste estudo, tem como referência os programas de capacitação para o trabalho presentes em unidades de internação das cinco regiões do país, conforme os dados divulgados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Visando contribuir para o aprimoramento desses programas, e a despeito da legislação, o estudo destaca fragilidades nas ações, aspectos que poderão potencializar os desafios aos processos de inclusão social e no mundo do trabalho desses adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescente em conflito com a lei; inclusão social; medida socioeducativa; capacitação para o trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo discute os desafios vivenciados pelos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em relação aos processos de inclusão sociolaboral tendo como referência programas de capacitação para o trabalho em curso em diferentes unidades de internação do país. Essa discussão, de um lado, orienta-se pelo direito à capacitação para o trabalho expresso na base legal, aspecto que se articula com o direito à educação e ao trabalho. De outro, insere-se em um contexto marcado pelas particularidades vivenciadas por jovens e adolescentes no tocante às suas relações com as demandas advindas do mundo da produção, marcadas pela necessária ampliação da escolaridade. O estudo conduz às questões da capacitação profissional, às estratégias elaboradas para a entrada no campo laboral, às garantias presentes na base legal que orienta a formulação e o cumprimento das diferentes medidas socioeducativas, com destaque para a Lei 12.594/12 que regulamenta o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

Estruturado em três seções, inicialmente, o artigo focaliza o adolescente em conflito com a lei, suas singularidades e suas relações com o mundo do trabalho. Na segunda seção há elementos da base legal que fundamentam a capacitação para o trabalho como direito no âmbito das medidas socioeducativas. A terceira seção apresenta o cenário dos programas desenvolvidos em diferentes unidades de

internação do país, a partir das considerações elaboradas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e presentes nos relatórios resultantes do Programa Justiça ao Jovem, posteriormente denominado Programa Medida Justa. Por fim, as considerações finais enfatizam as perguntas que emergem desse panorama e que ainda devem ser objeto de debates.

ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI NO CONTEXTO DA INCLUSÃO SOCIOLABORAL JUVENIL

O ponto de partida para analisar as particularidades vivenciadas pelos adolescentes em conflito com a lei em relação ao contexto juvenil está na identificação desse sujeito como aquele tem relação específica com o sistema de justiça, marcada pela transgressão à lei (VOLPI, 2010). Ou, ainda, conforme explicitado por Vieira (2011) adolescentes em conflito com a lei são jovens que têm entre 12 e 18 anos incompletos, que cometeram alguma infração às normas vigentes na sociedade. Esses adolescentes são inimputáveis frente ao Código Penal, mas não estão isentos de responsabilidades por seus atos. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os adolescentes que cometeram infrações estão sujeitos ao cumprimento de diferentes medidas socioeducativas, de acordo com a gravidade do ato cometido.

Estudo realizado por Vieira (2011), com base em dados do Ministério da Justiça, mostra que em 2002, havia no país 25 milhões de jovens com idade entre 12 e 18 anos e 0,03% deles eram considerados infratores. Destes, 9555 estavam em situação de privação de liberdade e 896 estavam em medida de semiliberdade. Quanto à idade, 18% estavam na faixa de 12 a 15 anos, 76% entre 16 e 18 anos e 6% tinham entram 19 e 20 anos. 95% desses jovens eram do sexo masculino e 5% do sexo feminino. Sobre a cor, os dados mostram que 40% eram mestiços, 21% pretos, 38% brancos e 1% indígenas. No tocante ao trabalho, 3% desses jovens estavam no mercado formal, 40% no mercado informal e 49% não trabalhavam. Em relação ao estudo, 89,6% não haviam concluído o ensino fundamental contra 2,7% que o tinham concluído. Outros 7,6% tinham concluído o ensino médio. O estudo chama a atenção para o fato de que 34% dos adolescentes estavam na escola antes da internação, condição que os priva de liberdade. Para 2004 o estudo citado destaca que estavam no sistema socioeducativo, em privação de liberdade ou em cumprimento de medidas em meio aberto, 39.578 adolescentes. Para 2006 há o aumento de 61,4% na quantidade de internos, em relação a 2002, saltando de 9555 para 15.526 adolescentes, aspecto que contribuiu para a ocorrência de superlotação em diversas unidades de internação.

Dados da Secretaria de Direitos Humanos (SDH, 2011), registram o crescimento de 4,5%, entre 2009 e 2010, no número de adolescentes infratores em regime de privação de liberdade, atingindo 18.107, dos quais 12.041 estão em unidade de internação. A SDH mostra ainda que outros 3.934 adolescentes encontravam-se em internação provisória, 1.728 em medida de semiliberdade e 404

jovens aguardavam decisão da Justiça. Para cada 10 mil adolescentes entre 12 e 17 anos, há no Brasil, em média, 8,8 cumprindo medida de privação e restrição de liberdade, prevalecendo os infratores do sexo masculino (95%).

Dados mais recentes, publicados no Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2014, mostram que hoje são mais de 120 mil os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no Brasil. Em 2012, 20.532 adolescentes cumpriam medida de privação de liberdade, dos quais 11,2% correspondiam a ações violentas contra a vida (homicídio e latrocínio), 38,7% correspondiam a roubos e 27% ao tráfico de drogas. Os outros adolescentes cumpriam medidas em meio aberto.

É no âmbito do cumprimento das medidas socioeducativas que emerge o tema da capacitação profissional como um dos elementos considerados essenciais para os processos de (re)inclusão social desse adolescente. Essa discussão está ancorada nas mudanças verificadas no cenário social e econômico, sobretudo a partir do final da década de 1980, com a definição de novas formas produtivas e de organização do mundo do trabalho, aspecto que produziu impactos no campo das políticas públicas, em especial para aquelas que têm foco no trabalho. A situação dos jovens no tocante à sua participação no mundo do trabalho, na primeira década do século XXI, emerge em um quadro em que a demanda por profissionais com melhor padrão de escolaridade e formação profissional foram potencializadas.

Juventude e trabalho

Dados de pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 56 países, mostram que em 2010 havia 1,7 milhão de jovens a menos no mercado de trabalho. De acordo com a pesquisa, 78 milhões de jovens estavam desempregados em todo o mundo, superando os números verificados em 2007 e 2009, período marcado pela emergência da crise financeira internacional. De acordo com um dos diretores dessa organização, compreender e propor ações face ao desemprego entre a população jovem é uma prioridade mundial em um cenário em que a “fraca recuperação dos empregos decentes reforça a incapacidade das economias em garantir um futuro para todos os jovens”. Ainda segundo a OIT, nesse mesmo ano, o número de desempregados no mundo era de 205 milhões de pessoas, sendo que as economias mais desenvolvidas foram responsáveis por 55% do aumento do desemprego global entre os anos de 2007 e 2010. No início de 2012, a OIT apontou a existência de 75 milhões de jovens, entre 15 e 24 anos, na condição de desempregados no mundo. Vale destacar que a OIT vem alertando para o surgimento de uma geração marcada e “traumatizada” por uma crise mundial de emprego juvenil.

Para o Brasil, algumas diferenças devem ser destacadas, uma vez que baixas taxas de desemprego se mantêm junto à oferta de postos de trabalho considerados vulneráveis.

Quando o foco está no tema do emprego e desemprego de jovens algumas particularidades se destacam. Dados do DIEESE (2005) mostravam que em 2005, apenas 20,7% da população ocupada acima de 16 anos, era representada os jovens entre 16 e 24 anos. Mas, quando o foco é o desemprego, os dados apontavam que

entre os 3,2 milhões de desempregados nas regiões metropolitanas e no Distrito Federal acima de 16 anos, 1,5 milhões de pessoas estavam na faixa etária de 16 a 24 anos. Portanto, 45,5% do total de desempregados pesquisados eram jovens.

Quadro semelhante está presente no estudo sobre a relação juventude e trabalho no contexto brasileiro realizado por Andrade (2008). A autora parte dos dados da PNAD/IBGE de 2007, e mostra que naquele ano o país contava com 50,2 milhões de jovens entre 15 e 29 anos, 26,4% da população, constatando a existência de um grupo menor em relação ao identificado em 2006, quando os jovens nessa faixa etária, somavam 51,2 milhões de pessoas. Quando analisado a luz da estrutura etária da população brasileira o conjunto dos dados ganha relevância. De acordo com o IBGE (2010) há no Brasil mais de 34 milhões de jovens entre 15 e 24 anos, o que corresponde a 19% da população. Desses, 16.990.870 têm entre 15 e 19 anos (9,4% da população), e 17.245.190 têm idades entre 20 e 24 anos (9,5% da população).

Os dados sobre o desemprego juvenil, foco de pesquisa realizada pela OIT, estão presentes no relatório Trabalho Decente e Juventude no Brasil, organizado por Costanzi (2009). O relatório mostra que 67,5% dos jovens entre 15 e 24 anos estavam desempregados ou na informalidade em 2006. Ademais, o déficit era maior entre as mulheres jovens (70,1%) do que entre os homens jovens (65,6%), mais acentuados entre jovens negros (74,7%) em relação aos jovens brancos (59,6%). Ou seja, segundo o relatório, as jovens mulheres negras viviam em situação de dupla discriminação – de gênero e de raça. O desemprego e a informalidade alcançavam 77,9% das pessoas que pertenciam ao grupo. Quanto à escolaridade, essa pesquisa indicou que 7% dos jovens brancos tinham baixa escolaridade e que o número mais do que dobrava (16%) quando o recorte era para jovens negros. Em relação à jornada de trabalho, 30% trabalhavam mais de 20 horas semanais, prejudicando o desempenho escolar.

Outra pesquisa recente realizada pelo Instituto de Ensino e Pesquisa - INSPER (2010), com jovens entre 15 e 17 anos, no período que compreende 1992 e 2009, mostra algumas dessas mudanças quanto à presença dos jovens na escola e em relação à entrada no mundo do trabalho. Enquanto em 1992, 40% desses jovens só estudavam, outros 22% só trabalhavam, 20% estudavam e trabalhavam e 18% não estudavam e não trabalhavam, em 2009, o percentual dos jovens, nessa faixa etária, que só estudavam saltou para 64,8%. Nesse mesmo ano, 6,3% dos jovens só trabalhavam, 20,4% estudavam e trabalhavam e 8,5% deles não estudavam ou trabalhavam. No início da década de 2010, segundo a pesquisa, dentre os jovens brasileiros, com idade entre 12 e 18 anos, 66%, somente estudavam, 17,7% estudavam e trabalhavam, outros 7,5% apenas trabalhavam e 9% não estudavam nem trabalhavam. Assim, ao mesmo tempo em que os jovens brasileiros, com idade entre 15 e 17 anos, estão adiando a entrada no mercado de trabalho e priorizando a formação escolar, emerge uma nova problemática - o crescimento do percentual de jovens com ensino fundamental e médio completos que não trabalham nem estudam e que são conhecidos como “nem – nem,” termo decorrente do espanhol “ni - ni” e usado no contexto da Espanha para designar os jovens na situação descrita.

Dentro do contexto das relações entre o jovem e trabalho destaca-se a especificidade dos adolescentes em conflito com lei e as questões relativas à sua inserção no mundo do trabalho, explicitadas na proposição de capacitação para o trabalho presentes no campo das medidas socioeducativas.

2. AS QUESTÕES DO MUNDO DO TRABALHO NO CONTEXTO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Inserida no campo dos pressupostos para o cumprimento das medidas socioeducativas, essa temática deve considerar os princípios definidos no cenário internacional e, também, as determinações legais presentes no contexto brasileiro. A política de atendimento a esses adolescentes tem referências nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Infância e da Juventude (Regras de Beijing, 1988), nas Regras Mínimas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade. Para o cenário nacional, as ações socioeducativas têm respaldo legal por meio da Constituição da República Federativa do Brasil – CF - (1988), no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA - (1990), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN - (Lei 9394/96), nas Leis 10.097/2000 e 11.180/2005, que tratam da Aprendizagem, na Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA (2006), no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE - (2012) e, ainda, as diretrizes do Plano Nacional de Educação (2011-2020). Ademais, o tema da inserção dos adolescentes infratores no mundo do trabalho está fortemente articulada com o acesso e permanência na escola, com o papel das famílias, com a oferta da educação profissional, com a proposição de parcerias com instituições que promovem a qualificação profissional, bem como em parcerias com o setor produtivo,

De acordo com o ECA as medidas socioeducativas devem garantir ao adolescente autor de ato infracional ou de conduta descrita em lei como crime ou contravenção penal, o acesso às situações que possam contribuir na superação sua condição de excluído e, sobretudo, na constituição das condições para a participação na vida social. Para isso, os programas e serviços voltados às medidas socioeducativas devem considerar o artigo 204 da Constituição Federal, que diz respeito à coordenação e execução de tais medidas, a compreensão da política de atendimento como um conjunto de ações governamentais e não governamentais, os Conselhos de Direitos, as diretrizes de municipalização do atendimento e descentralização político-administrativa na proposição e desenvolvimento de programas e, também, a integração operacional de órgãos do Judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social (VOLPI, 2010). Esses aspectos estão presentes nas orientações do SINASE que, ao enfatizar a importância da articulação dos três níveis de governo para o desenvolvimento dos programas de atendimento, focaliza a intersetorialidade e a co-responsabilidade da família, comunidade e Estado.

Vale ainda destacar que os Planos de Atendimento Socioeducativo,

decorrentes dessas premissas, devem propor prever ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, capacitação para o trabalho e esporte, para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, conforme os princípios elencados no Estatuto da Criança e do Adolescente. Essas ações devem integrar as medidas socioeducativas, tanto aquelas que ocorrem em meio aberto (meio de advertência, obrigação de reparação de dano, prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida), como em regime de privação de liberdade (semiliberdade ou internação).

No âmbito das diferentes medidas socioeducativas a frequência à escola e às atividades de profissionalização, com foco na inserção no mundo do trabalho, são obrigatórias. Para a escola existente nas unidades de internação, dotada de estrutura educacional e pedagógica, é fundamental que não seja caracterizada como prática escolar alternativa aos internos e, sim, que esteja vinculada às demais escolas do sistema formal de ensino. As ações de profissionalização, por sua vez, devem possibilitar ao adolescente o desenvolvimento de habilidades e competências articuladas às demandas efetivas do mundo do trabalho. Além disso, essas atividades devem se pautar por uma concepção de trabalho que articule o saber, o pensar ao fazer, rompendo a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual.

O adolescente em conflito com a lei e a inserção no mundo do trabalho: algumas reflexões

A relevância da capacitação para o trabalho e da inserção laboral para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas está presente em diferentes estudos realizados. O estudo de Amorim (s/d) discute a inserção laboral do adolescente a partir do Programa Jovem Aprendiz e constrói uma análise que mostra a relação entre trabalho e identidade. Segundo a autora, essa articulação se faz necessária porque, em geral, é nesse momento que os jovens começam a elaborar questionamentos a respeito da escolha profissional e dos projetos de vida.

Na mesma direção, Guimarães e Romanelli (2002) discutem a inserção de adolescentes no mercado de trabalho a partir da proposição de uma organização não governamental. O estudo analisa a inserção de adolescentes entre 16 e 17 anos, oriundos das classes populares, no mercado de trabalho, mostrando suas relações com a família, com o trabalho e com a escola. O trabalho de Bardagi, Artech e Silva (2005) analisa projetos sociais desenvolvidos para adolescentes em situação de risco, destacando o trabalho e a orientação profissional como estratégias de intervenção.

Reflexões sobre a relação que se estabelece entre a escola e os adolescentes em conflito com a lei, com foco naqueles que estão em liberdade assistida, estão presentes em um artigo de Cardoso (2009) que também discute o papel das organizações não governamentais na construção dessa relação.

Outro estudo relevante foi realizado por Ritter (2010). A autora estuda a inserção de jovens e egressos do sistema de atendimento ao adolescente em conflito com a lei em uma experiência de concepção econômica e solidária voltada para a geração de trabalho e renda no município de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul. A

autora analisa também aspectos relacionados aos adolescentes em conflito com a lei, bem como as restrições para sua inserção no mercado de trabalho.

Lago (2010), por sua vez, destaca o tema da inclusão produtiva e sua relação com os adolescentes em conflito com a lei, analisando os desafios e perspectivas em unidades socioeducativas de internação. A autora estuda os processos de inclusão produtiva, como modalidade pedagógica, tomando como referência as proposições de capacitação profissional de cinco centros socioeducativos de Belo Horizonte (MG). Outro estudo relevante é o realizado por Andrade (2009) sob o título: “Adolescentes, medidas socioeducativas e trabalho”, no qual a autora discute o significado da socioeducação com foco na função política do trabalho.

Embora haja um crescimento no tocante à realização de estudos e pesquisas sobre a temática em pauta, observa-se a ausência de trabalhos com o foco na articulação dos programas de capacitação para o trabalho e a efetiva inserção dos egressos programas no mundo do trabalho. A identificação e análise desta articulação poderá oferecer dados importantes para qualificar as propostas em curso ou a serem elaboradas.

A seção que segue apresenta o panorama nacional dos programas de capacitação profissional ofertados aos adolescentes privados de liberdade, visando contribuir para o debate proposto.

3. A CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO NO CONTEXTO DE ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DOS RELATÓRIOS DO CNJ

O Conselho Nacional de Justiça, órgão constitucional, sediado em Brasília, no Distrito Federal, tem como finalidade ações de coordenação e controle administrativo e financeiro, objetivando que a prestação jurisdicional seja desenvolvida de forma moral, mais eficiente e efetiva no âmbito do Poder Judiciário em benefício do interesse público. Dentre as suas funções está elaboração de relatórios contendo as estatísticas dos processos e decisões prolatadas, nas Varas e Tribunais de cada Estado, além da possibilidade de proposição de providências em relação aos órgãos sob sua jurisdição. No contexto de suas diretrizes e missão constitucional, além do seu poder de atuação em todo o território nacional, e no escopo de suas funções, o CNJ, entre o período de julho de 2010 e outubro de 2011, realizou visitas de inspeção à 328 unidades de internação existentes em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal.

Dos relatórios provenientes dessas visitas, alguns aspectos são relevantes quanto à capacitação para o trabalho, conforme explicitado abaixo.

Sobre a **oferta da capacitação para o trabalho**, a despeito de configurar-se como um dos eixos da medida socioeducativa, nas unidades localizadas no Estado do Acre, Amazonas, Pará, Tocantins, Maranhão, Bahia e Goiás os relatórios não citam e/ou apontam a presença de oficinas de capacitação para o trabalho.

Já, nos Estados do Amapá, Rondônia, Roraima, Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Distrito Federal, Mato Grosso,

Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina há, pelo menos, uma unidade que oferece alguma atividade de capacitação para o trabalho.

Quanto ao **tipo de curso ofertado**, os relatórios sobre os Estados do Piauí, Pernambuco Ceará, Mato Grosso do Sul, e Espírito Santo, apresentam informações sobre a oferta dessas atividades, mas não são citados quais os tipos, nem a frequência das mesmas. Os dados coletados mostram que no estado de Rondônia essas atividades eram oferecidas de maneira infrequente, em Alagoas de forma rudimentar e em Santa Catarina nas unidades com gestão compartilhada.

Em Roraima era oferecida capacitação na área de informática e panificação; na Paraíba em tecelagem, mosaico e argila; no Distrito Federal a oferta se dava na área de mecânica, panificação, marcenaria, estofaria e artesanato; no Mato Grosso, apenas para alguns, em panificação; no Paraná nas áreas de marcenaria, pintura predial, panificação, soldagem, tornearia mecânica e na unidade feminina nas áreas de beleza e estética.

Em algumas unidades localizadas no Estado do Amapá havia atividades nas áreas de informática, todavia, somente para os adolescentes com bom comportamento; no Rio Grande do Norte eram ofertadas atividades de marcenaria; em Sergipe uma unidade ofertava atividades de mandala, serigrafia e origami; em Minas Gerais apontou-se a existência de atividades na área de informática e no Rio de Janeiro capacitação voltada para a construção civil, além de outras não citadas.

Todavia os Estados com maior oferta de oficinas de capacitação para o trabalho foram São Paulo e Rio Grande do Sul, aquele com cursos de instalador, eletricista, recepcionista, contínuo, informática, colocador de gesso, entre outros não citados e o último com atividades de criação de peixes, criação de porcos, marcenaria fabricação de sacos de lixo, cursos de informática e de servente de pedreiro e na unidade feminina atividades de cabeleireiro, manicure, maquiagem, costura, artesanato e culinária.

Na maioria dos Estados os cursos seguem o padrão da oferta para a população das camadas populares e de baixa escolaridade. Além disso, os dados mostram que, aparentemente, há pouca relação entre os cursos ofertados e as demandas mais atuais do mercado de trabalho e, também, entre os cursos que são privilegiados. Ao mesmo tempo, e o que parece ser mais preocupante, não há indicativos sobre as demandas dos adolescentes, seus interesses, suas habilidades e os cursos ofertados. Esses dois aspectos podem ter implicações no tipo de envolvimento que esses adolescentes manifestam.

Segundo dados, apresentados pelo IPEA (2011), na última década o setor de serviços foi o que ofereceu o maior número de ocupações seguido, dos setores do comércio, da indústria extrativa e construção civil.

No que se refere especificamente a cursos técnicos a maior demanda de profissionais se dá nas seguintes áreas construção civil, devido à obras do PAC e do programa Minha Casa Minha Vida; mineração; petróleo; produção de alimentos; informática; metalurgia; turismo, hospitalidade e gastronomia. (IPEA, 2011).

Ademais, como já destacado, como não há informação sobre os critérios para

a oferta desses cursos, se foi disponibilizada com base em consulta aos adolescentes ou a partir de avaliação das demandas do mercado de trabalho, é possível inferir que a capacitação profissional pode se configurar mais como um meio de deixar os adolescentes ocupados do que em uma estratégia para inseri-lo no mercado de trabalho após o cumprimento da medida.

Outro aspecto destacado nos relatórios refere-se às condições da oferta dos programas de capacitação para o trabalho, com destaque para o estabelecimento de **parcerias**.

Em algumas unidades localizadas no Estado do Amapá as atividades eram oferecidas em parceria com o SENAC e com a Petrobrás; no Rio Grande do Norte eram ofertadas com apoio do SEBRAE; em Sergipe em parceria com o SENAC; em Pernambuco em parceria com o SENAI e em Minas Gerais apontou-se a existência de atividades em parceria com a comunidade, com organizações não governamentais, com a Polícia Militar e com o sistema “S”.

No Rio Grande do Sul com apoio do SESI eram ofertados os cursos de informática e de servente de pedreiro. Vale destacar que no Estado de Santa Catarina há relatos sobre a ocorrência de gestão compartilhada entre organizações não governamentais e o Poder Público na oferta de cursos de capacitação para o trabalho. Nos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul relatou-se a distinção nos cursos ofertados para os adolescentes e para as adolescentes. No primeiro, na unidade feminina eram ofertadas atividades nas áreas de beleza e estética e no último de cabeleireiro, manicure, maquiagem, costura, artesanato e culinária.

No tocante ao acompanhamento dos **egressos dos cursos de capacitação profissional e a inserção no mercado de trabalho**, somente o relatório do Estado do Rio Grande do Sul apontou a existência de programas com esse foco, embora essa preocupação estivesse presente em menos de 50% das unidades de internação. Nesse sentido, destaca-se que o acompanhamento de egressos, por meio da avaliação das demandas, da garantia do acesso à educação, a cursos de capacitação para o trabalho e da garantia do acesso efetivo ao mercado laboral, a fim de que o adolescente não volte a infracionar, pode contribuir com a inserção plena deste na sociedade. Todavia, essa inserção implica em monitorar aqueles adolescentes que “desaparecem”, os que vão para o sistema prisional e os que vão para o mercado ilegal.

Quanto às **condições objetivas para a realização da capacitação para o trabalho** é importante destacar que em qualquer política pública que tenha a pretensão de ser efetiva, ou seja, na ação estratégica, fruto da atividade política, destinada a atender determinada demanda pública ou solucionar determinado conflito de interesse público é necessário seguir o ciclo existente para a sua formação. É necessário reconhecer, definir e analisar a situação tida como um problema de interesse público; discutir a situação e obter propostas para a sua resolução; tomar a decisão adotando uma das propostas para a solução do problema; implementar a decisão, intervindo na realidade; monitorar essa implementação; avaliar o resultado dessa política e, por fim, ajustar as deficiências encontradas.

No caso específico da capacitação para o trabalho, verificou-se que para a implementação de qualquer curso, por mais simples que seja, são necessários alguns elementos básicos, como por exemplo: um local adequado, verificação do número de pessoas que serão atendidas; laboratório; instrutores; material pedagógico e um projeto contendo itens semelhantes aos da implementação de uma política pública. Todavia, da análise dos relatórios infere-se que não há a existência de tais condições.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, vale destacar que diferentes questões permanecem em aberto e devem ser objeto de futuras e necessárias discussões voltadas, sobretudo, para a análise das articulações entre escolarização, capacitação para o trabalho e inserção laboral. Nessa direção, cabe analisar o conjunto dos programas voltados para a inserção produtiva dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no tocante aos seus pressupostos teórico-metodológicos. Cabe verificar qual a articulação desses programas com as demandas do mundo do trabalho e as efetivas possibilidades de inserção desse adolescente nesse cenário. Ademais, é preciso identificar quantos são esses adolescentes, quantos deles frequentam algum tipo de formação profissional, em que medida a formação profissional proposta está articulada com os pressupostos da socioeducação e com os requerimentos do cenário socioprodutivo e, ainda, qual a relação que está estabelecida com a educação escolar. E, ainda, como propor cursos e capacitação para o trabalho que não se tornem meras atividades terapêuticas ou ocupacionais? A atuação em parceria complementa ou afasta a responsabilidade do Poder Público?

Ademais, o conjunto dessas informações e as análises posteriores poderão contribuir para que as proposições com foco na inserção socioprodutiva do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa seja uma via efetiva para sua inclusão no mundo do trabalho, sobretudo no tocante à garantia seus direitos e sua condição de sujeito social.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Fabrícia R. A inserção laboral do adolescente: alguns olhares sobre trabalho e identidade. UFES. Disponível em www.abrapso.org.br Acesso em 10/03/2012.

ANDRADE, Carla C. Juventude e trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo. **Mercado de Trabalho** [37]. Brasília. IPEA, Novembro de 2008. Disponível em: www.ipea.gov.br/...mercado_de_trabalho/.../09_juventude_e_trabalho Acesso em 05/01/2012.

ANDRADE, Marcela Silva. Os adolescentes, medidas socioeducativas e trabalho. **XIII Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica**, UFMG, Belo Horizonte, 04 a 07 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/coloquioenriquez/tcompletos/184/texto%20coloquio%20Completo.pdf> Acesso em: 05/07/2012.

BARDAGI, Marusia, ARTECHE, Adriane e SILVA, Luca Neiva. Projetos Sociais com adolescentes em situação de risco: discutindo o trabalho e a orientação profissional como estratégias de intervenção. In: HUTZ, C (org.) **Violência e risco na infância e na adolescência. Pesquisa e intervenção**. SP:Casa do Psicólogo, 2005. p. 101-146;

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao

____ **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. LEI 8069/1990. Disponível em www.cedeca.org.br

____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 ,de 20 de dezembro de 1996. Disponível em www.mec.gov.br

____. **Lei da Aprendizagem**. Lei nº 10.097 de 2000. Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10097.htm

____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo - SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília, DF: CONANDA, 2006.

____. **Plano Nacional de Educação 2011 – 2020** (Projeto de Lei.) Disponível em www.portal.mec.gov.br

____. SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)**. Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011/2012/Lei/L12594.

____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sinopse dos Resultados do Censo de 2010**. FIBGE, 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br Acesso em 03/03/2012.

____. Conselho Nacional de Justiça. **Relatórios do Programa Justiça ao Jovem**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/infancia-e-juventude/programa-justica-ao-jovem>. Acesso em 19/04/2012.

____ Conselho Nacional de Justiça. **Panorama Nacional: A Execução das Medidas Socioeducativas de Internação**. Programa Justiça ao Jovem. CNJ: 2012.

CARDOSO, Daniel. Jovens em Liberdade Assistida e a Escola: é possível essa relação? Revista Anagrama: **Revista Científica Interdisciplinar da Graduação** Ano 3 -

Edição 1. SP:USP, Setembro-Novembro de 2009.

Costanzi, Rogério Nagamine (OR.). **Trabalho decente e juventude no Brasil**. Trabalho Brasília: Organização Internacional do Trabalho, 2009. Disponível em www.oit.org.br/sites/.../trabalho_decente_juventude_brasil

DIEESE. **Anuário dos trabalhadores**. São Paulo: DIEESE, 2005.

____ **Anuário dos trabalhadores**. Edição nº 10. São Paulo: DIEESE, 2009.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Jovem prioriza formação e adia entrada no mercado**. São Paulo: Folha de São Paulo, Caderno A (Poder), p. 10. 09/05/2011. Disponível em www.aprendiz.uol.com.br/content/wrestocuwu.mmp Acesso em 10/05/2011.

FORUM BRASILEIRO E SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 8ª edição, São Paulo, 2014.

GUIMARÃES, R. M. e ROMANELLI, G. A inserção de adolescentes no mercado de trabalho através de uma ONG. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 117-126, jul./dez. 2002.

IPEA. **Comunicados do IPEA nº104 – Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileira**. Brasília, 2011. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1263:reportagens-materias&Itemid=39> Acesso em 21/02/2013.

LAGO, Jaqueline. **Inclusão produtiva e adolescentes em conflito com a lei: Análise sobre desafios e perspectivas em unidades socioeducativas de internação**. Dissertação de Mestrado (Educação, cultura e organizações sociais) Fundação Educacional de Divinópolis – FUNEDI .Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Regras de Beijing**. Disponível em <http://www.tjse.jus.br/portaldainfanciaejuventude>

____ **A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

RITTER, Carolina. **O mercado de trabalho para o adolescente em conflito com a lei: a economia solidária como alternativa de inserção em Santo Ângelo**. Dissertação de Mestrado (Serviço Social). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS. 2010.

VIEIRA, Joice Melo. Demografía de la juventud y derechos: Los adolescentes en conflicto con la ley en Brasil. Santiago, CEPAL. **Notas de población** (93), 2011, p.5.

VOLPI, Mario (org.). **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo, Cortez Editora, 2010. p. 16.

ABSTRACT – The occupational inclusion of young offenders under socio- educational measures and the right to preparation for work, subject of this study, has as reference the training programs for the work in places of deprivation of liberty that exist in five regions of the country, according to the data released by the National Council of Justice (CNJ). To contribute to the improvement of these programs, an in spite of the law, the study highlights weaknesses in the actions, aspects that may potentiate the challenges to social inclusion and in the world of work of these young people.

KEYWORDS: Young offenders; social inclusion; socio-educational measures; preparation for work.

Sobre as organizadoras

MIRIAM ADALGISA BEDIM GODOY Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (1990) e Mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (2003). Atualmente é estatutário e pesquisadora da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Avaliação da Aprendizagem, atuando principalmente nos seguintes temas: problemas de aprendizagem, educação especial, obstrução das vias aéreas superiores, respiração oral e problemas de atenção. Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos

SANDRA APARECIDA MACHADO POLON Possui graduação em pedagogia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1995), Mestrado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2002) e Doutorado em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná (2014). Atualmente é Professora no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro-Oeste-UNICENTRO. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão escolar, Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, projeto pedagógico, formação de professores, educação do campo, educação infantil e séries iniciais.

Sobre os autores

ALEXSANDRA DOS SANTOS OLIVEIRA Doutora em Educação (2016) pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; Mestre em Educação (2008) pela mesma Universidade; Especialista em Gestão e Docência na EAD (2014) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Especialista em Gestão Escolar (Programa Nacional Escola de Gestores- 2013) - UFES; Especialista em Pedagogia Institucional (2010), Instituto Superior de Educação e Cultura; Graduada em Pedagogia (2005) - UFES. Gerente de Educação Cidadã na Secretaria Municipal de Educação de Cariacica/ES; Tutora do curso de Pedagogia a distância - Secretaria de Ensino a Distância - SEAD/UFES. E-mail: ale2013oliveira@gmail.com

ALINE CHALUS VERNICK CARISSIMI Pedagoga e Doutora em Educação - na linha de Políticas Educacionais - UFPR (2016). Mestre em Educação - na linha de Políticas e Gestão da Educação - UFPR (2011). Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico - UFPR (2006) e Educação Infantil - UniCuritiba (2005). Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (2004). Atualmente é Pedagoga - Secretaria Municipal de Educação de Curitiba e Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Coordenadora Estadual do Departamento de Pedagogas da APP-Sindicato. Professora de ensino superior com experiência em cursos de graduação e pós graduação (especialização). Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso na especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social - UFPR (bolsista). Colaboradora do INEP/MEC na elaboração das avaliações do SAEB (Provinha Brasil, Prova Brasil, Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA), ENADE e da Prova Nacional de Ingresso na Carreira Docente. Associada à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Associada à Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). Conselheira Titular do Conselho Municipal de Educação de Curitiba de 2010 a 2013

AMANDA MAXIMO SILVA Bacharel em Direito pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE), Especialista em Direito Administrativo pela Instituição Toledo de Ensino, Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei pela Universidade Bandeirante Anhanguera de São Paulo - SP. Advogada. Desenvolve estudos sobre Políticas Públicas. Autora de artigos publicados em periódicos. E-mail: amanda_maximo@hotmail.com

ANA DENISE RIBAS DE OLIVEIRA Formada em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná; Especialista em Organização do Trabalho Pedagógico pela Universidade Federal do Paraná; Pedagoga Escolar da Prefeitura Municipal de Curitiba - desde 2002; Professora Pedagoga na rede estadual do Paraná - desde 2004; Dirigente da CNTE - Confederação Nacional Trabalhadores em Educação - Gestão: 2011; Dirigente SISMMAC - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba - Gestão: 2005 e 2008

ANA PAULA SOUZA BÁFICA Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras- Bahia.

Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2009). E-mail: paulasbafica@hotmail.com

ANTONIA SUELI DA SILVA GOMES TEMÓTEO Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Graduação em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte UERN; Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; Doutoranda em Linguística Aplicada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS; Membro dos Grupos de pesquisa: Formação, Currículo e Ensino – FORMACE e Formação de professores, Multiletramentos e Identidades – FORMLI. E-mail para contato: suelisilva.17@hotmail.com

BARTOLOMEU JOSÉ RIBEIRO DE SOUSA Professor da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduado em Licenciatura em Biologia e Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Mestre em Educação pela Universidade de Católica de Brasília (UCB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: bartolomeu.sousa@gmail.com

CLAUDIA ALVES DA SILVA Graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Mestrado em Educação pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Membro dos Grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa Educação e Subjetividade (GEPES) e Grupo Formação, Currículo e Ensino (FORMACE). E-mail para contato: claudiaposeduc@outlook.com

CLAUDIO OLIVEIRA FERNANDES Professor da Rede Estadual de Educação do Estado de São Paulo; Graduação em História pela Universidade Uniban/Anhanguera (UNIAN) de São Paulo e Graduação em Pedagogia pelo Instituto de Educação e Tecnologias, INET, Brasil; Mestrado Profissional em Adolescente em Conflito com a Lei, pela Universidade Anhanguera de São Paulo; Grupo de pesquisa: Associado da (ANPAE) Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação e (IBDECRIA-ABMP) Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente; E-mail para contato: claudioof@gmail.com

DARLUCE ANDRADE DE QUEIROZ Professora da Rede Municipal de Ensino de Canavieiras-Bahia. Mestra em Educação pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2015). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2010). E-mail: darluceaq@hotmail.com

EDNACELI ABREU DAMASCENO Doutora em Educação (UFMG – 2010). Professora Adjunta do Centro de Educação, Letras e Artes (CELA) da Universidade Federal do Acre (UFAC). Mestre em Educação (UNICAMP - 2005) e Graduada em Pedagogia (UECE - 1992). Professora do Curso de Pedagogia, Licenciaturas e da Pós-graduação - Mestrado em Educação. Atua lecionando disciplinas como: Investigação e Prática Pedagógica (Prática de Ensino), Estágio Supervisionado, Didática Geral, Trabalho e

saberes Docentes, Currículo: Organização e Prática e Profissão Docente - na Graduação e Seminário de Pesquisa, Política de Formação de Professores no Brasil e Formação de Professores e Trabalho Docente - na Pós-Graduação. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente (GEPPEAC). email: ednaceli@yahoo.com.br

EMILLY GANUM AREAL Possui formação inicial em Letras pela Universidade Federal do Acre (1998), Especialização em Psicopedagogia (FIVE: 2003), MBA em Gerenciamento de Projetos (FGV: 2010), Mestre em Educação (UFAC: 2016). Membro do GEPPEAC - Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente da Universidade Federal do Acre, desde 2014. Professora convidada do PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores (UFAC) desde 2016. Professora de Língua Portuguesa desde 1997.

GERMANA COSTA PAIXÃO Professora da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do Curso de Ciências Biológicas a distância da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Membro do Corpo Docente do Mestrado Profissional de Ensino de Biologia-PROFBIO. Graduada em Medicina Veterinária pela Universidade Estadual do Ceará. Mestrado em Patologia pela Universidade Federal do Ceará. Vice Líder do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: germana.paixao@uece.br

GILDECI SANTOS PEREIRA Pedagoga, Especialista em Educação do Campo, Desenvolvimento e Sustentabilidade (UFPA/Belém); Especialista em Gestão Pública (UFPA); Mestra em Educação e Cultura (UFPA/ PPGEDUC- Campus de Cametá, Professora efetiva da Educação Básica, da Rede municipal de ensino do município de Marabá - PA, atuando na formação continuada da Secretaria Municipal de Educação no Município de Marabá - PA, acompanhando e orientando os professores das escolas do campo em suas práticas pedagógicas, na organização do trabalho pedagógico. E-mail: gil.bela@hotmail.com

HERCULES GUIMARÃES HONORATO Professor da Escola Naval - Rio de Janeiro; Graduação em Ciências Navais - habilitação em Administração de Sistemas; Mestrado em Educação pela Universidade Estácio de Sá; Chefe do Centro de Estudos de Ensino da Escola Naval; E-mail para contato: hghhhma@gmail.com

IRANDI PEREIRA Docente (IBDCRIA-ABMP) e membro do Instituto de Cidadania e Direitos Humanos; Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação (ANPAE, ANDHEP) e entidades da sociedade civil (FBSP, NECA) e associada; Graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (USP); Mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP); Grupo de pesquisa: Pesquisadora do Observatório de Educação da Universidade Brasil/SP. Diretora do Instituto Brasileiro de Direito da Criança e do Adolescente. Autora de artigos e materiais pedagógicos no campo da criança, adolescente e juventude, educação e serviço social. Bolsista Produtividade

em Pesquisa pela Fundação; E-mail para contato: irandip@gmail.com. CV: <http://lattes.cnpq.br/3312701286183687>

JANE RANGEL ALVES BARBOSA. Universidade Castelo Branco. Centro Universitário de Volta Redonda. Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro

JEAN MÁRIO ARAÚJO COSTA Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestrado em Educação pela UFBA, Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Especialista em Política do Planejamento Pedagógico: currículo, didática e avaliação pela UNEB. É Pesquisador do Grupo de Pesquisa Política e Gestão da Educação da UFBA e do Grupo de Pesquisa Gestão e Avaliação de Políticas e Projetos Sociais (GAPPS) da Universidade Católica do Salvador (UCSal). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: Políticas Públicas, Formação de Professores, Atuação do Coordenador Pedagógico, Práticas Pedagógicas, Financiamento da Educação e Organização de Sistemas de Ensino.

JORGE FERNANDES Professor da Universidade Federal do Acre; Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Acre. Especialista em Políticas Públicas, com ênfase em gênero e raça pela UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto 2012. Autor dos livros: *“Negros na Amazônia acreana”* (2012) e *“Da trajetória escolar ao sucesso profissional: narrativas de professoras e professores negros”* (2017). Autor do artigo: A mestiçagem na região amazônica versus estatuto da igualdade racial. Coautor do artigo: A construção possível do projeto político-pedagógico da escola: um relato de experiência a partir do esforço coletivo.

JOSÉ NELSON ARRUDA FILHO Professor da Universidade Estadual do Ceará. Coordenador do Curso de Especialização em Gestão Pedagógica da Escola Básica da Universidade Estadual do Ceará/Universidade Aberta do Brasil. Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará. Membro do Grupo de Pesquisa Tecnologias Educacionais e Educação a distância. E-mail: nelson.arruda@uece.br

JUCELI BENGERT LIMA Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ; Licenciatura em Matemática pela Fundação Universidade do Rio Grande – FURG; Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: juceli.bengert@fundaj.gov.br

LÍVIA CRISTINA RIBEIRO DOS REIS Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail para contato: liviacristinarr@hotmail.com

LÚCIA DE FÁTIMA MELO Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Acre (1992); Especialização em Currículo e Avaliação Educacional pela Universidade Federal do Acre (1996); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Doutorado em Educação: conhecimento e inclusão social pela UFMG na linha de pesquisa: Políticas Públicas Educacionais: concepção, implementação e avaliação (2010). É professora adjunta da Universidade Federal do Acre, lotada no Centro de Educação, Letras e Artes, onde atua na Graduação nas seguintes áreas: Organização da Educação Básica e Legislação do Ensino; Gestão Escolar e Organização Curricular e Gestão da Escola e na Pós Graduação "Stricto Sensu", Mestrado em Educação, onde trabalha a disciplina Estado, Políticas Públicas e Educação e orienta estudos com foco nas políticas educacionais e na gestão escolar. Vice Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Gestão Escolar, Trabalho e Formação Docente - GEPPEAC, com pesquisas nas linhas: políticas educacionais e gestão escolar.

LUIS CARLOS SALES Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (1995) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1999). Atualmente é professor associado da Universidade Federal do Piauí. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação, representações sociais, Política Educacional, financiamento da educação, formação de professores e qualidade na educação. Ex-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e ex-chefe do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI. Foi assessor Pedagógico e Secretário Executivo da Secretaria Municipal de Educação de Teresina. Foi avaliador da CAPES (triênio 2007, 2008 e 2009). Atualmente é professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI (Mestrado e Doutorado) e do Departamento de Fundamentos da Educação/CCE/UFPI.

LUZINETE BARBOSA LYRIO Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador (UNIFACS); Mestra em Desenvolvimento Regional e Urbano pela UNIFACS; Mestra em Ciência da Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Especialista em Direito Educacional; Planejamento Educacional e Gestão Educacional; Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Supervisora Geral da Rede de Assistência Técnica para Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação dos Planos Municipais de Educação do Estado Bahia por meio da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (2016 e 2017). Área de atuação: Formação de Professores, Gestão Educacional, Políticas Públicas Educacionais, Planejamento Educacional.

MANOEL ZÓZIMO NETO Assistente em Ciência e Tecnologia - Fundação Joaquim Nabuco Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Bacharel em Direito pela Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO. Especialista em Formação de Professores Pela Universidade Federal Rural de Pernambuco –

UFRPE. Mestrado em Ciência da Educação pela Universidade da Madeira – Uma. Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; Coordenador Técnico e Logístico dos Cursos de atualização em gestão escolar. Elaboração e construção de projeto de pesquisa, Atualização e prática em educação infantil – Fundação Joaquim Nabuco. E-mail: zozimo@hotmail.com.

MARIA SUELI CORRÊA DOS PRAZERES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura - PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Grupo de pesquisa em Educação do Campo da Região Tocantina - GEPECART

NOÁDIA MUNHOZ PEREIRA Licenciada em Pedagogia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2004) Mestre em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)- (2008) Doutoranda em Educação pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU) – (2014-2018) Contato: e-mail: noadia.pereira@ufu.br

ODETE DA CRUZ MENDES Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA); Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura – PPGEDUC da Universidade Federal do Pará (UFPA); Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Grupo de pesquisa em Educação Superior –GEPES

PATRÍCIA MARIA UCHÔA SIMÕES Pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ; Membro do corpo docente do Programa de Pós Graduação em Educação, Culturas e Identidades – PPGECI da FUNDAJ/UFRPE; Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE; Mestrado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Doutorado em Psicologia Cognitiva pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Grupo de Pesquisa: Grupo de Pesquisa Infância e Educação na Contemporaneidade - GPIEDUC; E-mail para contato: patricia.simoese@fundaj.gov.br.

RAIMUNDA MARIA DA CUNHA RIBEIRO Professora da Universidade Estadual do Piauí. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí. Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pós Doutorado em Educação pela Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus de Joaçaba-Sc. Grupo de pesquisa: Grupo de Estudos e Pesquisas Educacionais. E-mail para contato: raicribeiro@ig.com.br

ROSA ELISA MIRRA BARONE Graduada em Ciências Sociais pela Universidade

Estadual Paulista (Araraquara), Mestre e Doutora em Educação: História e Filosofia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Desenvolve trabalhos voltados para as áreas de Educação e Políticas Públicas, Educação e Trabalho considerando diferentes contextos. Além dos artigos publicados em periódicos, é autora de *Canteiro-escola: trabalho e educação na construção civil* (EDUC/FAPESP, 1999), co-organizadora dos livros *Educação e Políticas Públicas: tópicos para o debate* (Junqueira & Marin, 2007), *Formação de Pedagogos e Cotidiano Escolar* (Alexa Cultural, 2009), *Qualificação profissional em Construção. Formação e aprendizagem na Construção Civil*. (CRV Editora, 2014), *Juventude e trabalho: desafios no mundo contemporâneo* (EDUFBA, no prelo). E-mail: rebarone@uol.com.br

ROSE CLEIA RAMOS DA SILVA Professora da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gestão e Financiamento da Educação Básica (GEFINEB). E-mail: rosecleinarsufmt@gmail.com

SARA ROZINDA MARTINS MOURA SÁ DOS PASSOS Fundação Cesgranrio. Belford Roxo/RJ.

SÍLVIA MARIA OLIVEIRA DE SOUZA Possui graduação em PEDAGOGIA pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Docência do Ensino Superior, também pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, ESPECIALIZAÇÃO em Gestão da Educação Municipal pela Universidade Federal de Tocantins - UFTO, MESTRA em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI. Tem experiência na área da educação como Secretária Adjunta de Educação, docente, administradora escolar, coordenadora pedagógica, supervisora e assessora de programas e projetos educacionais. É pesquisadora de políticas públicas educacionais e atualmente pesquisa a política do Programa Mais Educação. Atualmente é Assessora de Planejamento e Gestão na Secretaria Municipal de Educação de Codó - MA.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-49-3



9 788593 243493